

Costa Júnior e a sua preciosa doação

Após ter frequentado o Jardim da Infância do ex-Colégio Des Oiseaux, de S. Paulo, e do Colégio Burlamaqui, do Rio de Janeiro, matriculou-se no Externato Elvira Brandão, desta Capital, transferindo-se, mais tarde, para o tradicional Colégio São Luis, no qual fez os cursos preliminares e ginasiais, tendo terminado os estudos básicos em 1925, com apenas quinze anos de idade. Nesse Colégio submeteu-se a vários concursos, tendo recebido prêmios de Química, Física, Religião e História Natural.

Impossibilitado, por falta de idade, de prestar exame vestibular na Faculdade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, frequentou o curso de Filosofia do Colégio São Luis, no ano de 1926.

Como vigorasse, no ensino secundário daquela época, o regime de exames finais parcelados em ginasiais oficiais, submeteu-se a essas provas no então Ginásio do Estado, desta Capital, obtendo os devidos certificados de aprovação (Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, Cosmografia, História do Brasil, História Universal, Física, Química e História Natural), que foram entregues à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por ocasião da sua inscrição para prestar os exames vestibulares.

Em princípios de 1927, já tendo atingido a idade mínima exigida, submeteu-se ao exame de admissão na referida Faculdade, conseguindo a média 8,66, a segunda na ordem de classificação, naquele ano.

Matriculou-se, então, no 1.º ano, tendo cursado todas as séries na mesma Faculdade e obtendo as necessárias aprovações.

Em janeiro de 1933, defendeu tese de doutoramento sobre assunto de Medicina Legal, cujo título foi: "Contribuição para o Estudo das Linhas Brancas Dactiloscópicas e do Seu Valor na Identificação", sendo aprovado com distinção. Devido aos acontecimen-

A Biblioteca da Memória Histórica da Associação Paulista de Medicina recebeu este mês valiosíssima doação de livros raros, raríssimos, do ilustre médico professor João Baptista de Oliveira e Costa Júnior.

Entre os exemplares recebidos, os quais poderão ser consultados pelos interessados, encontra-se preciosa coleção de livros de Medicina Legal, cujo acervo levou mais de sessenta anos para ser reunido.

Entre as obras temos as seguintes: *Guia Médico Legal*, de Lacassagne (1899); *Manual de Medicina Legal*, de Adriano Xavier Lopes Vieira (1900); *Ensaio Médico Legal*, de Soriano de Souza (1870); *Instituições da Medicina Forense*, de José Ferreira Borges (1840); *Manual Completo de Medicina Legal*, de Sedillot (1855); *Psiquiatria Civil e Penal*, de Ruy Maya (1931); e ainda as obras de Brouardel, Morel, Lombroso, Garofalo, Leonce Verse, Filomusi-Guelfi, Coutagne, Brianel, Nina Rodrigues, Bergson etc.

Dentre as obras recebidas damos destaque especial a duas: *Oeuvres Completes D'Am-broise Paré*, 1890, verdadeira raridade, que traz o primeiro trabalho médico-legal do mundo (Os relatórios), e estoura de valor inestimável: *Quaestionem Medico-Legalium*, de Pauli Zacchaeus, em três volumes, ao que se sabe são os únicos que existem no Brasil, de 1736. Esta obra foi presentada ao professor Costa Júnior pelos padres Carmelitas Descalços da Igreja de Santa Terezinha, cuja matriz fica em Roma, onde a obra foi adquirida.

João Baptista de Oliveira e Costa Júnior é a grande glória médica, não só no campo da Medicina como também do Direito.

Guido Arturo Palomba



O professor João Baptista de Oliveira e Costa Júnior

tos políticos da época, conseqüentes à Revolução Constitucionalista, somente em maio do mesmo ano colou grau, juntamente com seus colegas de turma.

Participou dessa Revolução, em 1932, tendo sido incorporado ao Corpo de Saúde do 8.º Batalhão da Força Pública do Estado de S. Paulo, no setor sul, em Itararé.

Em abril de 1934, submeteu-se, com mais 27 candidatos, a concurso para o preenchimento de cargo (4 vagas) de médico legista da Polícia Civil do Estado de S. Paulo, subordinada, naquela ocasião, à Secretaria da Justiça, tendo sido aprovado e classificado com a média 97,75. A comissão examinadora desse concurso foi integrada pelos professores Antonio Almeida Júnior, José Soares de Mello, Flaminio Fávero, André Teixeira Lima (diretor do Manicômio Judiciário) e pelo dr. Francisco Marcondes Machado (diretor do Serviço Médico Legal). Em vista da sua classificação, foi nomeado médico legista regional de Casa Branca, em 8 de maio de 1934. Desempenhou esse cargo até setembro de 1941, data em que foi promovido para o Gabinete Médico Legal da Capital do Estado, de acordo com o dispositivo do artigo 37 do Regulamento do Serviço Médico Legal do Estado, que dava preferência, nas promoções, aos médicos regionais nomeados após concurso.

Esteve no exercício de seu cargo até 13 de junho de 1956, quando se aposentou, favorecido que foi pela chamada lei do quinto para contagem do tempo de serviço. Tanto em Casa Branca, como nesta Capital, realizou grande número de perícias civis e criminais (mais de 10 mil perícias).

Em São Paulo foi, no ano de 1942, nomeado assistente extranumerário da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo, tendo, nessas funções, ministrado cursos práticos e teórico-práticos tanto de clínica médico-legal como de biotopologia forense.

Em 1945, prestou concurso à livre-docência de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo sido aprovado unanimemente pelos membros da comissão julgadora. Apresentou, nessa ocasião, a monografia intitulada "Contribuição para o Estudo da Histologia do Himen e Seu Valor Médico Legal". Depois desse concurso, foi incumbido de parte do curso teórico da mesma cadeira.

Em 1946, frequentou o Curso de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão sobre Eletroencefalografia da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo.

Em 1949 foi nomeado professor catedrático de Medicina Legal da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, atividade docente essa que exerceu sem interrupção até a sua aposentadoria em 1975.

Em 1950 foi convidado pelo grão-chanceler da Pontifícia Universidade Católica para integrar a Comissão de Seleção de Professores da Nova Faculdade de Medicina de Sorocaba, tendo anteriormente sido indicado para professor de Medicina Legal dessa Faculdade, indicação essa aprovada pelo Conselho do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura dos Estados Unidos do Brasil. Exerceu essa função até março de 1963.

Em 1955 foi nomeado diretor da Faculdade de Medicina de Sorocaba, cargo que exerceu durante nove anos, sendo reconduzido nessas funções por dois períodos consecutivos.

Em 1951 foi indicado para reger a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas, tendo a sua indicação sido aprovada pelo Conselho Superior de Educação do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, atividade essa que exerceu de março de 1957 a março de 1963.

Em 1959 prestou concurso à livre-docência de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, tendo sido também aprovado unanimemente pelos membros da Comissão Julgadora. O título da monografia defendida nessa ocasião foi: "A Tuberculose Pulmonar e o Acidente do Trabalho". Nesse mesmo ano foi eleito conselheiro do Conselho Regional de

Medicina do Estado de S. Paulo (Tribunal de Ética Médica) para o exercício de cinco anos.

Em 1962, com a criação da Ordem dos Médicos Legistas do Brasil, foi considerado sócio-fundador e eleito seu secretário-geral. Nesse mesmo ano, em 8 de junho, como livre-docente, passou a reger a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, vaga com a aposentadoria compulsória do seu titular, o professor Antonio Almeida Júnior.

Em maio de 1963, após concurso, assumiu a cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, cargo que exerceu até abril de 1980, quando foi aposentado compulsoriamente, por limite de idade.

Além dessas atividades, exerceu também encargos de relevância na Administração Universitária, tais como: membro do Conselho Universitário da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, do Conselho Técnico Administrativo das Faculdades Paulistas de Direito e de Medicina de Sorocaba.

Foi vice-diretor e encarregado do período noturno da Faculdade de Direito da USP, eleito pela Congregação dessa Faculdade, no período de 13 de janeiro de 1975 a 11 de agosto de 1978, tendo também substituído o diretor várias vezes.

Foi, também, membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade

de Direito da USP. Foi membro reeleito da Comissão de Ensino e Recursos da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo. E organizou, ainda, o museu, o laboratório, o arquivo, a documentação científica e o material didático da cadeira de Medicina Legal da Faculdade Paulista de Direito, colocando-a entre as mais bem instaladas no Brasil, a qual possuía preciosas coleções de slides, fotografias e peças para demonstração em aulas teóricas e práticas. Participou também de várias bancas de concurso em S. Paulo e em outros Estados do Brasil.

Publicou inúmeros trabalhos, abordando temas os mais variados da Medicina Legal, além da conhecida obra "Lições de Medicina Legal", em co-autoria com o prof. A. de Almeida Júnior, 614 páginas, atualmente na 19.ª edição, 1987, e ainda noventa e seis verbetes sobre Medicina Legal, para a Enciclopédia Saraiva de Direito, Ed. Saraiva, 78 volumes, de 1977 a 1982.

O professor Costa Júnior pertence a inúmeras sociedades científicas e culturais, brasileiras e internacionais, havendo também recebido grande número de honrarias, entre elas as de professor emérito da Faculdade de Direito da USP, medalhas Nina Rodrigues, Oscar Freire, Anchieta, Cardeal Arcebispo de São Paulo e Alcântara Machado, diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo; comenda da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém; e título de Grande Mérito Acadêmico, outorgado pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto etc.

A Associação Paulista de Medicina agradece ao querido mestre João Baptista de Oliveira e Costa Júnior pela valiosíssima doação. Possa ela iluminar as gerações vindouras, não só com o conteúdo precioso que os livros albergam, como também com a aura mágica que os impregna, pois são pertenças do ilustre, brilhante e honrado professor Costa Júnior, glória maior da Medicina Legal paulista e brasileira.

Foi vice-diretor e encarregado do período noturno da Faculdade de Direito da USP, eleito pela Congregação dessa Faculdade, no período de 13 de janeiro de 1975 a 11 de agosto de 1978, tendo também substituído o diretor várias vezes.

Foi, também, membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade

Lycurgo de Castro Santos Filho

Um estudo a fundo, de caráter crítico, analítico e interpretativo dos títulos nobiliárquicos brasileiros ainda está por se fazer. Aflorei o assunto em "Os barões do café em Campinas" e em "Nobreza Imperial Paulista (em Campinas)", uma reduzida parte do muito que existe. A bibliografia disponível é exígua e de modo geral o tema é versado pela rama, limitando-se a simples descrição enumerativa. A obra pioneira do barão de Vasconcelos, "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", merece uma nova edição revista e aumentada. A propósito, sei que o desembargador Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos, filho do barão, e já falecido, por sinal meu tio afim, por haver casado em primeiras núpcias com uma irmã de meu pai, preparou a redigida coadjuvada pelo heraldisa Paulo Braga de Meneses. Os originais estavam prontos quando se deu o falecimento repentino deste último, em abril de 1963. Ao procurar reaver os originais, a viúva do desembargador Smith de Vasconcelos soube pelos familiares de Braga de Meneses que não somente o manuscrito, como muitas obras raras de genealogia e heráldica e ainda um Armorial brasileiro, terminado, haviam desaparecido. É bem possível que em futuro próximo surja nas livrarias uma redigida pirata, clandestina, da referida obra, com o mesmo título ou outro semelhante. E se ainda não apareceu, é porque se trata de publicação de alto preço, suscetível de provocar processo judicial de busca e apreensão. Acrescento, sobre a questão de autoria do "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", uma informação de interesse que me foi dada oralmente por Vasco Smith de Vasconcelos. Quem pesquisou e escreveu todo o livro foi o barão de Vasconcelos. E quem custeou a edição, em Lausanne, na Suíça, em 1918, foi o filho, que portava o título papalino de barão Smith de Vasconcelos. Em agradecimento, o pai deu-lhe a co-autoria.

Outro autor, Laurênio Lago, inseriu no "Anuário do Museu Imperial" um bem alentado trabalho intitulado "Acréscimo e Retificações ao Arquivo Nobiliárquico". Aí procedeu-se ao arrolamento dos agraciados, tal como aparece no volume do barão de Vasconcelos, com os referidos acréscimos e retificações. Luis Gastão d'Escagnolle Dória, ainda no referido "Anuário do Museu Imperial", em uma "Relação dos Barونات", apenas enunciou, com as datas, os títulos de barão concedidos no Brasil, de 1808 (por D. João VI) até 1886. Relação incompleta e falha em numerosos dados. Assim, por exemplo, quando cita o primeiro barão de Pati do Alferes, que depois foi visconde de Lorena e marquês de Jacarepaguá, dá-lhe como último sobrenome o de "Barbe-

do", quando o nome completo e certo é Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda. Por sinal que este foi o único titular do Império a possuir designações diferentes para as três mercês que recebeu. Duas, alguns tiveram, como o visconde de Alvarenga, que anteriormente fora barão de São Salvador de Campos. Mas o costume generalizado foi o monarca reinante agraciar em vários graus com a mesma designação, a exemplo do sucedido a Luis Alves de Lima e Silva, que foi barão, conde, marquês e duque de Caxias, ou ainda a exemplo do marquês de Três Rios, que principiou como barão e passou a visconde e conde, e, finalmente, a marquês, sempre de Três Rios. Quanto a Caxias, o barão de Vasconcelos errou ao atribuir-lhe o título de visconde, que nunca recebeu.

Salvador de Moya, um incansável genealogista, em números de seu "Anuário Genealógico Brasileiro", e também em sua "Revista Genealógica Brasileira", citou os titulares brasileiros. Omittiu alguns, suprimiu de outros os primeiros títulos recebidos e as datas de concessão. Dedicou-se, principalmente, a apresentar a descendência de quase todos os citados. Anteriormente, Moya estampara na "Revista do Arquivo (municipal)", o "elenco dos titulares do Império", alinhando-os por ordem alfabética de títulos, de famílias e do lugar de nascimento. Simplesmente, Carlos Grandmasson Rheingantz publicou "Titulares do Império", onde relacionou os títulos e os titulares, de acordo com as cartas de mercê conservadas no Arquivo Nacional. De passagem diga-se que os títulos eram concedidos não através de "decretos", mas de "cartas de mercês". Em ordem alfabética para o título e para o sobrenome do titular, Rheingantz agrupou as mercês, hierarquizando-as de duque a barão e classificando-as em trinta e dois grupos, segundo o recebimento direto ou por elevação (de barão a visconde, etc.), e ainda segundo a concessão, ou não, das honras de grandeza. Referiu que somaram 1.211 os títulos concedidos a 986 agraciados, ficando a diferença de 225 por conta dos que obtiveram mais de um título. Ajuntou-os segundo a naturalidade, estado por estado, e os nascidos no estrangeiro, e também pela designação ono-

mástica (títulos com os nomes próprios, ou de família) e cognomástica (títulos de radical idêntico, como Santa Clara, Santa Eulália, ou São Clemente, São Marcelino, etc.). Informou sobre algumas particularidades de parentesco, e finalizou o livro, que é de 121 páginas, apontando erros no "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", do barão de Vasconcelos, e apresentando a correção. A obra de Carlos Rheingantz, como se vê, não ficou na simples enumeração. É de natureza analítica e recomendável.

Publicaram-se no Brasil alguns trabalhos sobre nobreza, de cunho regional, restrito, geralmente de feição enumerativa e de caráter genealógico. Em um deles, o "Nobiliário Sul-Riograndense", Porto Alegre, 1937, de autoria de Mário Teixeira de Carvalho, Carlos Rheingantz encontrou uma "torpe mistificação", ou seja, a inclusão de um "Visconde do Serro Azul", que jamais existiu. Algum trapaceiro levou o autor do "Nobiliário" a erro, arrolando João Antônio Martins como agraciado por D. Pedro II (in "Jornal Brasileiro de Cultura", Julho de 1963). Houve, isso sim, o barão do Serro Azul, Delfonso Pereira Correia, o paranaense vítima, em 1894, da truculência do farragado coronel Antônio Moreira César, que, por sua vez, teve também um fim trágico. Foi morto ao atacar os sertanejos de Antônio Conselheiro, em Canudos.

Publicaram-se ainda: "Nobiliarquia do Triângulo Mineiro", Uberaba, 1937, de autoria de Hildebrando de Araújo Pontes; "Titulares pernambucanos", in "Anuário do Museu Imperial", VIII: 39-56 e XI: 75-95, Petrópolis, 1947 e 1950, com separata, de Guilherme Auler; "Nobiliarquia Fluminense", 1947, de Antônio Joaquim Macedo Soares; "Nobiliarquia Brasileira - Titulares do sexo feminino", memória ao IV Congresso de História Nacional (1949), Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1949, de autoria de Laurênio Lago.

O visconde de São Paulo, motivo desta dissertação não existiu. E não existiu porque o agraciado não quis aceitar o título. Recusou a honraria. Foi ele o chefe do Partido Conservador em São Paulo, então senador do Império e ministro dos Estran-

geiros, o conselheiro Antônio da Silva Prado. Nascido em São Paulo a 25.2.1840 e falecido no Rio de Janeiro, onde passara a residir no fim da vida, por questão de clima, a 23.4.1929, descendia de família paulista bem conhecida e de largas posses. Filho do fazendeiro e bacharel em direito, Martinho da Silva Prado, e de Veridiana Valéria da Silva Prado, senhora de projeção na sociedade paulistana, até hoje relembrada na tradicional "Rua Dona Veridiana". Neto materno do barão de Iguaçu, teve como irmão o escritor Eduardo da Silva Prado, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e autor de "A Ilusão americana" (1893), cuja primeira edição foi apreendida pelo governo do marechal Floriano Peixoto.

Antônio Prado estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e bacharelou-se em 1861 na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi delegado de polícia, vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, deputado provincial e presidente da Assembleia Provincial (1886), deputado geral por São Paulo, senador do Império, conselheiro do Imperador, ministro da Agricultura e Ministro dos Estrangeiros. Proclamada a República, a ela deu a sua adesão como chefe do Partido Conservador de São Paulo, assinando com o chefe do Partido Liberal, Augusto de Sousa Queiroz, o manifesto de 18 de novembro de 1889, em que os partidos monárquicos aceitavam a queda do Império e aderiram à República. Incluído na chapa oficial formada por republicanos e conservadores, com a exclusão dos antigos liberais, a 15.9.1890 foi eleito deputado federal constituinte por São Paulo. Diz-se que não tomou posse, e o fato é que desinteressou-se do mandato e viajou para a Europa onde esteve uma larga temporada, sendo então nomeado pelo governo do marechal Deodoro da Fonseca, superintendente do Serviço de Imigração na Europa. Retornando ao Brasil, dedicou-se a atividades particulares e somente em 1899 voltou a exercer mandato político. Eleito vereador nesse ano à Câmara Municipal paulista, logo a seguir assumiu o cargo de prefeito de São Paulo, exercendo o sempre reeleito, até 1910, ou seja, por onze anos seguidos. Foi o remodelador da cidade. Abriu

ruas, alargou o antigo pátio do Rosário, hoje praça Antônio Prado, substituiu o gás pela luz elétrica na iluminação pública, e os bondes de tração animal pelos elétricos. Para tanto trouxe para a cidade a "São Paulo Tramway Light & Power Co.", que proporcionou eficiente transporte coletivo. Lançou em 1903 os alicerces do Teatro Municipal de São Paulo, cuja construção apenas em 1911 viria a se completar.

Novamente afastou-se da vida pública, até que em 24.2.1926, em sua residência em São Paulo, Chácara do Carvalho, fundou com outros próceres o Partido Democrático de São Paulo.

Dotado de extraordinária capacidade administrativa, dedicou-se a empreendimentos jornalísticos, bancários, industriais e agrícolas. Ele que dissera: "Na imobilidade é que não desejo estar" e "eu gosto de estar sempre no perigo", foi um criador de empresas. Redator em São Paulo de "O Constitucional" (1861), fundou, juntamente com Rodrigo Augusto da Silva e Manuel Dutra Rodrigues, outro jornal bissetimanal como o anterior, "O País", órgão conservador. Por muitos anos, a partir de 1882, foi diretor e proprietário do "Correio Paulistano". Presidente da Caixa Econômica Imperial (1876) por 35 anos, de 1892 até 1927, presidiu a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Foi um dos fundadores do Jockey Club de São Paulo, do Velódromo Paulista, do Automóvel Clube de São Paulo, do Balneário de Guarujá e do Frigorífico de Barretos. Na capital paulista, foi presidente-proprietário do Curume da Água Branca, da Vidraria Santa Marina, em seu tempo a maior fábrica de garrafas, no Brasil, da Companhia exportadora Prado Chaves, fundador e presidente, de 1889 a 1920, do Banco Comércio e Indústria (atual Comind), arrendatário do Teatro São José para temporada de óperas; presidente da Associação Comercial e Agrícola de São Paulo e da Sociedade Protetora da Imigração. Possuiu as propriedades agrícolas, para criação e plantio de café, Santa Veridiana e São Martinho, respectivamente situadas em Santa Cruz das Palmeiras e Pradópolis. Foi o organizador da União Conservadora (1881) em São Paulo e presidente do Partido Conservador em São Paulo, a partir de 1882.

Antônio Prado era um homem atraente, alto, forte, de maneiras distintas, polido no trato social. Disse ser um desapegado dos "européus da realza", de onde a recusa ao título de visconde de São Paulo. Avançado para o seu meio e para o seu tempo, foi um administrador de visão, que previa e realizava. Pioneiro típico, o neobandeirante dos séculos XIX e XX.

Casou-se com Maria Catarina da Costa Pinto e Silva, filha do conselheiro Antônio da Costa Pinto e Silva e de Maria Nazaré de Sousa Queiroz. Teve oito filhos: Paulo, Maria Nazaré, Marina, Antonieta, Antônio Júnior, Herminia, Luis e Sílvia. Paulo Prado, relacionado com Capistrano de Abreu, foi o escritor e ensaísta autor de "Retrato do Brasil", onde discorreu sobre a tristeza do brasileiro, e de "Paulística", uma história de São Paulo. E foi Paulo quem custeou a edição dos manuscritos existentes na Torre do Tombo, em Lisboa, sobre o Santo Ofício da Inquisição no Brasil. Antônio Prado Júnior foi o prefeito que modernizou o Rio de Janeiro, então capital da República. Antonieta casou-se com o primeiro Afonso Arinos de Melo Franco, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de "Pelo Sertão".

Atualmente olvida-se ou apouca-se o saliente papel desempenhado por Antônio Prado nas lides abolicionistas. Não se menciona a sua participação nas lutas em prol da abolição da escravidão e substituição da mão-de-obra escrava pela livre, com a promoção da imigração para o país. Ele, os pais e os irmãos, libertaram os negros que possuíam muito antes de 13 de maio de 1888. Homem prático, não encanou o problema da abolição pelo ponto de vista humanitário, ou pelo do direito de propriedade, mas como uma questão de organização racional do trabalho, "verbi gratia", a substituição do negro escravo pelo assalariado livre, bem mais eficiente e produtivo (E.C. in "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, n.º de 27.2.1940). Daí a necessidade do fomento da imigração, que sempre promoveu, para a organização do trabalho livre.

Como ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assinou a lei de 28.9.1885, que regulava a extinção gradual do elemen-

e São Paulo, existiu

to servil através da libertação dos escravos sexagenários, lei complementada pelo decreto de 14 de novembro do mesmo ano, também de sua lavra, que aprovava o regulamento para a nova matrícula dos escravos menores de 60 anos de idade. Promoveu a criação de núcleos coloniais em diversas províncias para a localização dos imigrantes, como o localizado em Ribeirão Preto e que instalado a 3.7.1887, recebeu o seu nome: "senador Antônio Prado". E situada na zona do planalto rio-grandense-do-sul, a pequena cidade de Antônio Prado deve o nome ao conselheiro. "Em virtude do sucesso da colonização italiana no Campo dos Bugres, resolveu o governo imperial ampliá-la". E assim "em 1886 foi fundada a colônia de Antônio Prado, sendo escolhido o nome do paulista conselheiro Antônio da Silva Prado para patrono da nova povoação" (in "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", 33.30).

Poucos dias antes de ocupar a pasta de ministro dos Estrangeiros, recebeu o senador significativa homenagem da população de São Paulo, quando, celebrando o seu aniversário natalício, comemorava-se também a libertação de escravos da cidade de São Paulo, para a qual muito contribuiu Antônio Prado. A 25 de fevereiro de 1888, a cidade foi embandeirada e ornamentada com galhardetes, arcarias, coros, festas de flores e à noite iluminaram-se as ruas de São Bento, Direita e Imperatriz com arcos de gás, luz elétrica e fogos de bengala. Cerca de doze mil pessoas distribuíram-se pelas ruas até o palacete de Antônio Prado, onde vários oradores discursaram e houve a entrega de um pequeno obelisco pesando quase dois quilos de ouro maciço. Nas quatro faces da base e da agulha do obelisco, inscrições lembravam as principais datas da vida e realizações do conselheiro, destacando-se a lei de 28 de setembro de 1885 e a divisa que ele adotara, emprestada de um estadista europeu: "Trabalho livre na pátria livre". Mais de seiscentas pessoas contribuíram para a aquisição e confecção do obelisco de ouro, que importaram em cerca de 11 contos de réis (segundo J. J. Ribeiro, "Cronologia Paulista", 1.258). Essa preciosa peça foi doada ao Museu do Ipiranga, após o fale-

cimento de Antônio Prado.

Foi justamente pela sua ação em favor da abolição, ele que fora o autor do golpe mortal na escravidão, nas palavras do barão de Cotegipe, que poucos dias após a lei de 13 de maio de 1888, foi agraciado pela princesa Regente D. Isabel e sob referência do presidente do Conselho, João Alfredo Correia de Oliveira, com o título nobiliárquico de visconde com grandeza de São Paulo. A designação seria evocativa, certamente, da província paulista. O jornal "Correio Paulistano", de sexta-feira, 18 de maio de 1888, ano XXXIV, n.º 9.513, São Paulo, em a primeira página, quarta coluna, noticiou:

"Visconde de São Paulo - Telegrama ontem recebido nesta capital notícia que acaba de ser agraciado com o título de visconde de São Paulo o nosso eminente chefe, sr. conselheiro Antônio da Silva Prado. O Governo Imperial quis, destarte, significar a S. Excia. o alto apreço em que tem os serviços relevantes prestados pelo benemérito paulista à causa pública, máxima na magna questão do elemento servil.

Entendemos, com franqueza, serem poucas todas as mercês honoríficas para galardoar os reais merecimentos do senador Antônio Prado e o muito, o muitíssimo que fez pela solução da questão emancipadora. A S. Excia. é que cabe, incontestavelmente o maior quinhão de glória no ato de 13 de maio. E isto, não só o partido conservador como o país inteiro, proclamam de boamente, sem prevenções partidárias nem preconceitos políticos.

A S. Excia. os nossos parabéns pela magnificência do título nobiliárquico, que em na dá aditará à auréola de glórias que circunda a fronte do grande paulista. O poder público, honrando o nome do conselheiro Prado honra-se a si próprio. Parabéns, pois a S. Excia. e ao governo".

No dia seguinte, sábado, 19 de maio de 1888, em a primeira página, quarta coluna, já ciente, certamente, da recusa do título, o "Correio Paulistano" inseriu a seguinte nota, na qual omite qualquer referência ao viscondado.

"Conselheiro Antônio Prado - As manifestações que de todos os pontos do Império têm sido dirigidas a S. Excia. o sr. conselheiro Antônio Prado, pela promulgação da lei extinguindo a escravidão no

Brasil, veio juntar-se a da Ilma Câmara Municipal da Corte, a qual, por intermédio do seu presidente, dirigiu-se a S. Excia. por telegrama nos seguintes termos: "Ao senado Antônio Prado - A Ilma Câmara Municipal da Corte felicita e congratula-se com V. Excia. pela extinção da escravidão em a nossa pátria. J. Ferreira Nobre, presidente".

No arquivo de um neto do conselheiro, que é fazendeiro em Campinas e portador do mesmo nome do avô, Antônio da Silva Prado, conservam-se alguns dos telegramas de felicitações pela nobilitação, como os seguintes:

Telegrama oficial, expedido no Rio de Janeiro a 17 de maio de 1888 pelo ministro da agricultura, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, que em setembro desse ano seria nomeado senador do Império por São Paulo.

"Exma. Dona Maria Catarina Prado. São Paulo. Por mim e Tia Felicitia a pelo recebido título conferido a Prado. Congratulações. Rodrigo Silva".

Telegrama expedido da cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, a 23 de maio. "Associação Commercial do Rio Grande felicita a V. Excia. e aplaude a justiça do título com que acaba de ser distinguido. Barão de São José do Norte, presidente. Francisco Campelo, secretário".

O "Diário Mercantil", de São Paulo, ano V, número 1214, de sexta-feira, 18.5.1888, foi o jornal que noticiou a lista dos agraciados a 16 de maio pelo governo imperial. Em a segunda página, terceira coluna, lê-se:

"Rio, 17 (à noite). Foram agraciados:

Com o título de marquês de Monte Pascoal o arcebispo da Bahia,

Conde de Santa Fé o sr. D. Pedro de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro,

Conde de Santo Agostinho, o bispo de Olinda,

Visconde de São Paulo, o sr. senador Antônio da Silva Prado,

Visconde de Sinimbu, o sr. senador João Luís Vieira Canção de Sinimbu,

Visconde do Serrão Frio, o sr. senador Antônio Cândido da Cruz Machado,

Barão de Lucena, o deputado Henrique de Lucena,

Barão de Itapemirim, o sr. Joaquim de Oliveira Seabra,

Barão do Paraná, o dr. Henrique Hermeto Carneiro Leão,

Foi elevado a marquês o almirante conde de Tamandaré. Foram elevados a condes os srs. visconde da Gávea e de Muritiba. A barão com grandeza o barão de Mamanguape" (Centro Telegráfico da Imprensa)

O jornal de São Paulo, "Diário de Notícias", ano 1, n.º 291, de sexta-feira, 18.5.1888, em a segunda página também noticiou a relação dos agraciados, omitindo, entretanto, o nome do visconde de São Paulo. Esse periódico dizia-se "independente", mas era de tendência liberal, contra Prado, portanto. Entretanto, na mesma segunda página, em "Seção Livre" (matéria paga) publicou o "Programa dos festejos de domingo, em comemoração da lei de 13 de corrente".

"Às 2 horas da tarde, solene "Te Deum" no largo da Sé, a que assistirão todas as autoridades.

Às 4 horas marcha cívica, que terá por fim saudar o conselheiro Antônio Prado e oferecer-lhe uma coroa de louros, e bem assim ao dr. Antônio Bento, devendo em seguida visitar os túmulos de José Bonifácio e Luís Gama e sobre eles depositar duas coroas de flores.

A marcha cívica compor-se-á de um corpo de clarins, lâbaro da marcha, carro simbólico, uma banda de música, 21 carros com 21 moços da melhor sociedade, trajados a caráter, representando o Brasil e as suas 20 províncias. 20 cavaleiros representando os trabalhos, ciências, e os nomes mais proeminentes do abolicionismo. Em seguida a estes carros, as diversas corporações convidadas para os festejos, com os seus respectivos estandartes e músicas. Em seguida o povo.

O itinerário do cortejo será publicado em tempo. A direção da marcha ficará a cargo do dr. Clímaco Barbosa.

A noite, passeata com archotes, luzes "a giorno" e fogos de bengala.

Falarão em casa do conselheiro Prado, em nome das províncias, o dr. Aquilino Em nome da província de São Paulo a Exma. Sra. D. Felicidade Perpétua, que representará a mesma província, e o dr. Clímaco Barbosa. Em casa do dr. Antônio Bento, o dr. Carlos Reis. Junto ao túmulo de José Bonifácio, o dr. Fernandes Coelho. Junto ao de Luís Gama, o dr. Aquilino. A Comissão - Dr. Aquilino

do Amaral, Dr. Elias Fausto, Dr. Carlos Reis, comendador Costa Moreira, Dr. Manuel Dutra Rodrigues, Dr. Liberalino de Albuquerque, Dr. Clímaco Barbosa".

Nota: Como se sabe, Antônio Bento de Sousa e Castro desempenhou relevante papel na libertação dos escravos de São Paulo como chefe dos famosos "caifazes". José Bonifácio, o Moço, e Luís Gama foram precursores do abolicionismo. Ao que parece, não se realizou essa homenagem, talvez por escassez de tempo para a preparação. O fato é que não se encontrou outra notícia a respeito.

A redação do "Correio Paulistano", que havia no dia 18 cumprimentado o seu diretor-proprietário, o conselheiro Prado, "pela magnificência do título nobiliárquico, que em nada aditara à auréola de glória que circunda a fronte do grande paulista", preferiu não comentar diretamente a recusa, apenas transcrevendo noticiário dos jornais que à mesma haviam aludido. Assim, na seção "Transcrição de Jornais" inseriu o número 9515, São Paulo, domingo, 20 de maio de 1888, lê-se em a primeira página, terceira e quarta colunas:

"A Província de São Paulo", de 19 de maio, depois do artigo de fundo insere o seguinte: - "O conselheiro Antônio Prado, que acaba de ser agraciado com o título de visconde de São Paulo, não o aceitou por motivos que o honram. S. Excia. julgou-se obrigada assim proceder por coerência. Em um discurso proferido no Senado, S. Excia. pronunciou-se contra a concessão de títulos e graças aos senadores do Império, e além disso parece que deseja conservar o seu nome, que já é tão distinto e recomendado à estima dos seus compatriotas. Parabéns ao ilustre Paulista".

"Não é a primeira vez que S. Excia. rejeita títulos nobiliárquicos. Entendemos que S. Excia. fez bem, embora a mercê com que fora agraciado constitua uma honra excepcional. Quem não prefere dizer simplesmente: José Clemente, Eusébio de Queiroz, José Bonifácio - nomes legendários - a fazê-los preceder do título, aliás honrosíssimo, de barão, visconde ou conde? Assim também, assenta melhor ao ilustre paulista o seu nome: Antônio da Silva Prado - do que o viscondado ou

o marquesado de São Paulo, ou mesmo de Santa Cruz. Os serviços de S. Excia. são de tal ordem, que não podem mais ser galardoados por distinções honoríficas. S. Excia. recusa os títulos por modéstia e coerência. O país, porém, proclama bem alto o seu mérito, e sabe recompensá-lo devida e mente" (Nota: este parágrafo todo será da redação do "Correio Paulistano", indevidamente colocado na seção de "Transcrições". A alusão ao "marquesado" provém de in formação do "Diário Mercantil" de 18 de maio, onde ao final da lista dos agraciados publicou-se a seguinte informação: "Diz-se que o sr. senador Antônio Prado será brevemente elevado no título que hoje lhe foi conferido").

"O 'Diário Popular' confirmando a notícia de haver o senador Prado recusado o título com que fora honrado pelo governo felicitia S. Excia. por esse fato, 'certo de que é este o sentimento geral da Província'. Conclui o contemporâneo. É de homens tais que precisa a terra paulista, e urgentemente, para levar a termo os seus altos destinos. Preferir o valor do próprio nome aos rótulos honoríficos, é velha tradição paulista, e o sr. Prado não faz outra coisa senão manter a reticência em que viveram, e morreram, nessa relação, os Andradas, Paula Sousa, Vergueiro, Tobias, Rodrigues dos Santos, Brotero e outros".

O jornal "Diário Mercantil", atrás citado, em o seu número de terça-feira, 22.5.1888, em a primeira página, quinta coluna, não deixou de dar uma afincada bem irônica no editor do "Correio Paulistano", que é chamado de "revisteiro" (autor de revistas teatrais):

"O 'revisteiro' nunca teve opiniões, e a prova é que elogiou há dias o sr. senador Antônio Prado por ter sido agraciado com o título de visconde; achou que era uma mercê honrosíssima para S. Excia., e agora que o sr. senador Antônio Prado rejeitou o título, acha que S. Excia. fez bem, que é o que devia fazer, que os seus serviços são de tal ordem, que não há distinção honorífica que os galardoem. Ora, aqui está o que é um sujeito incapaz de dançar conforme lhe toquem, aqui está um modelo de independência, aqui está um jornalista que não é assalariado."

As presentes informações e achegas não visaram propriamente a apreciação da vida pública do conselheiro Antônio Prado. Foi dito apenas o suficiente, o "quantum satis" para a compreensão da honraria que ele recebeu pelo saliente papel na abolição da escravidão e, naturalmente, pela sua projeção nos campos político e econômico. Por coerência (dissera em discurso no Senado que os senadores não deveriam receber "títulos e graças" do governo) e por outras razões, talvez, Antônio da Silva Prado recusou o título de visconde de São Paulo.

* Lycurgo de Castro Santos Filho é presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

O monge faz o traje e o hábito?

Levy Sodré

Assim é se assim parece... Na fervilhante vida do dia-a-dia em sociedade, vivemos hoje, mais do que nunca, o impacto visual, o "flash" do momento, a rapidez violenta da notoriedade da televisão, o "clio" e a "claque" dos que viram e comentam. O momento é fugidio e inconstante...

Você é como sempre foi, a auto-afirmação e sua personalidade, o que você representa no seu círculo social, a sua importância etc. e até o que pensa ser e às vezes você é aquilo que você parece ser, daí a importância do traje, que não é discriminatório mas explicativo...

O hábito não faz o monge? ou será que o monge cria o hábito e a Ordem que se dane... Hoje cada um se veste como quer, ou melhor, como pode...

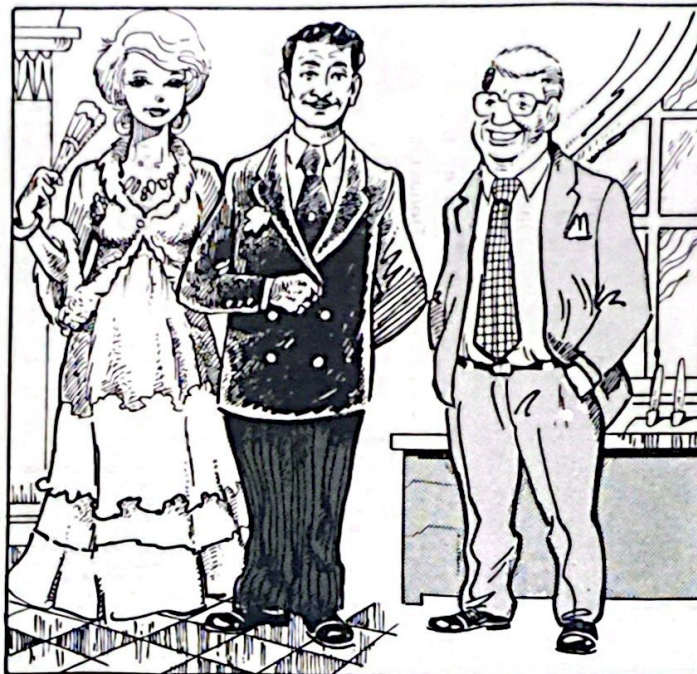
Tirando para alguns poucos e cada vez mais poucos excêntricos, o traje foi feito para compor melhor a convivência social. Desde a simplicidade do uso do traje esporte ao requinte das grandes "toilettes" do baile de gala, tudo tem a sua hora e a sua vez, e como não poderia deixar de ser, a sua etiqueta - nos dois sentidos - o seu cerimonial e a sua "griffe".

A principal das regras é que o homem deve estar vestido de acordo com a hora, o local, e a finalidade da festa para a qual foi convidado, assim como sua mu-

lher. Nada mais ridículo do que, agora um pouco mais comum entre os novos ricos ascendentes, uma festa à noite em que o marido está vestido à esporte, e sua mulher coberta de jóias e adereços, numa estranha mistura de mau gosto e exibicionismo: bijoux e balan-gandas.

Vamos ao mais usual: O convite solicita para as 19.30 horas, pede como traje o passeio escuro... A mulher deve estar com vestido adequado para a companhia, com um enorme cambante de escolla de moda e do modismo, mas de acordo com o traje de seu acompanhante. É bom que se diga, no entanto, que os anfitriões devem estar sobriamente vestidos, deixando a anfitriã com sua elegante simplicidade; que todos os destaques fiquem para suas convidadas. Se houver um casal homenageado deverá estar um pouco mais bem trajado e sua mulher já deverá usar um pouco mais de elegância e jóias, em atenção aos seus homenageantes, e em agradecimento ao prestígio que lhes dão.

Para as recepções mais comuns os trajes são os de passeio completo para os homens, os de passeio escuro, que já indicam, mesmo em matéria de roupa civil, uma maior solenidade, que deverão ser acompanhados pelos militares com seus uniformes correspondentes ou os trajes esportivos, que liberam qualquer formalidade. Aqui



vão, no nosso entender, duas escolhas: primeiro, o simpático casual, comum em recepções simples dos americanos, inscrito em seu convite, que autoriza a descontração no vestir, seria o nosso "venha como quiser" e a segunda, que acho muito antipática, além de errada, chegando às raias do ridículo: a inscrição "traje social", como se todos os outros assim não fossem, pois que só a nudez é anti-social e que me perdoe o falecido Nelson Rodrigues: não é mais toda nudez que será castigada; só a

que ofender a estética.

Solene implicância temos pela indicação em convite "esporte fino". Presume-se que toda e qualquer pessoa, em seu juízo normal, convidada, procurará ir vestida da melhor maneira possível, então não há o porquê do qualificativo "fino". Para o homem, tudo bem, um "blazer", um paletó esporte, uma discretíssima camisa com ou sem gravata. E a sua companhia? Fica numa cruel dúvida de vestir um "tailleur", uma calça comprida, um "deux-piece", um

melo longo etc e tal, pairando a dúvida num "intermezzo" que vai até as "bijouteries", aos adereços e que tais...

O "smoking", o bom rigor, sempre compõe bem para a recepção ou o grande jantar, seja oficial, seja particular, acompanhado do "tenue soirée", com a figura dos trajes longos ou semilongos, as melhores jóias, dando grandeza e dimensão nobilitante ao evento.

Com seu "smoking" o homem usará, apenas, junto ao lenço de bolso em sua marcada lapela o "bottonier" ou

a roseta da condecoração mais importante que tenha. Em festa de determinado país é de bom tom que se use a roseta desse país, caso tenha essa condecoração. É uma deferência.

Portar um cravo, de preferência branco, também é cabível. Distintivos só os que representam algo de muito excepcional, rosas e camélias denotam uma certa frescura...

Mas, a mais significativa das festas é a "gala", a grande recepção com as casacas e as condecorações para os civis e os primeiros uniformes com medalhas de mérito e condecorações para os militares; para as mulheres, os longos vestidos e as jóias, como as de família, incluídas as tiaras e gargantilhas, coisa habitual no mundo mais civilizado.

Dizer que isso é passadismo, não acreditamos, pois não só continuam no mundo diplomático, na velha Europa e nas "receptions" oficiais, até no Novo Mundo e no Leste Socialista (vide Raisa Gorbachev, a velha China e o Japão), como também é bem sabido que o requinte sempre acompanhou, na roda da História, os momentos de ascensão da civilidade e, ao que parece, é hoje, ou assim pretende ser, o que ardorosamente desejamos...

Levy Sodré é advogado, jornalista e relações públicas. Foi chefe de cerimonial em São Paulo, e atualmente é consultor da presidência da Fundação Cásper Líbero e assessor do Gabinete da Secretaria da Saúde.

Olho clínico

Irany Novah Moraes

O diagnóstico clínico é feito pelo médico, considerando todas as manifestações da doença, levando em conta as alterações fisiológicas decorrentes da localização anatômica da lesão e por ilação do processo patológico e sua etiologia.

Os médicos antigos que se sobressaíam na profissão eram considerados virtuosos por acertarem o diagnóstico mais vezes que os de-

mais e, por esse fato, tinham a reputação de terem o chamado "olho clínico". Eles eram, sim, mais hábeis, pois, apesar dos poucos conhecimentos científicos da época, desenvolviam a capacidade de examinar. Sabiam dar atenção ao doente, viam e enxergavam, escutavam e ouviam, palpavam e sentiam, mas, acima de tudo, exerciam a profissão com dedicação. Nem sempre curavam os doentes, mas sempre cuidavam deles. Aliás, essa abnegação levou a se admi-

tir a medicina como sacerdócio, conduzindo ao equívoco de que o médico não dovesse cobrar honorários. Quem assim ainda pensa esquece que o sacerdote também precisa viver e que a característica de sua profissão não é a gratuidade dos serviços, mas sim a devoção com que a exerce.

Aqui está o fulcro da questão. Aqueles a quem se atribuía o privilégio de ter "olho clínico" eram os que trabalhavam com devoção. Tal procedimento, além de refinar suas percep-

ções, desenvolvia o complexo mecanismo intelectual de elaborar o diagnóstico clínico, e pelo fato de exercitá-lo constantemente, tornava-o cada vez mais rápido. A dedicação era a mola propulsora de um círculo vicioso, crescente e positivo, onde o cuidar melhor dava a oportunidade de examinar mais o doente, a maior observação levava mais vezes ao diagnóstico correto, o acerto propiciava melhores cuidados, e, assim, detinham a fama de bons médicos.

Na verdade, "olho clínico" não existe e nunca existiu. O que aparentava dom sobrenatural nada mais era do que a competência

adquirida pelo trabalho feito com devoção.

Irany Novah Moraes é autor de Propedêutica Vascular, já na segunda edição, e Enciclopédia de Cirurgia Vascular.

DEPARTAMENTO CULTURAL

Carlos Alberto Salvatore - presidente

Anneliese R.F. Thon
Carlos Kleber Canova

Tertúlia

Cássio Ravaglia - Divulgação
Guido Arturo Palomba - Biblioteca e Suplemento Cultural
Heber Maia de Mattos - Música

Nelson Pedral Sampaio
Wanda Gonda

Pinacoteca